



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2904/2022

Área Requisitante/Técnica	Gerência Administrativa e de Logística Operacional – GEAD
Área De Apoio Administrativo	Gabinete da Presidência – GAB/PRES

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
Integrante Requisitante/Técnico	Patrícia Vitorino Donha, matrícula 941 Reinaldo Pardo dos Reis, matrícula 1191
Integrante Técnico	João Marcos do Nascimento, matrícula 1187
Integrante da Área de Apoio Administrativo	Henrique Pereira Soares, matrícula 975

#### 1. DO OBJETO DE ESTUDOS DO ETP

**1.1.** O presente ETP tem por objetivo fornecer informações necessárias para subsidiar a contratação de serviços contínuos de vigilância desarmada e segurança patrimonial, com dedicação exclusiva de mão de obra, fornecimento de uniformes e de todos os insumos, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, para atender às necessidades das unidades Sede e Coren-SP Educação.

**1.2.** Os serviços deste expediente podem ser classificados como de natureza comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais do mercado, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 2. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**2.1.** A contratação visa a continuidade dos serviços de vigilância desarmada e segurança patrimonial das unidades Sede e Coren-SP Educação do Conselho Regional de Enfermagem, considerando que os atuais contratos de prestação dos serviços em questão chegarão ao limite definido pelo art. 67, II Lei nº 8.666/1993 e não poderão ser renovados.

**2.2.** A continuidade de serviços de vigilância desarmada e segurança patrimonial das unidades em questão está diretamente atrelada à necessidade de Administração garantir a segurança do patrimônio público contra depredação, violação, evasão, apropriação indébita, bem como de assegurar a integridade física dos empregados, colaboradores em desempenho de suas atividades, e daqueles que eventualmente transitem pelas instalações do órgão.

**2.3.** As unidades Sede e Coren-SP Educação, em tempo, acobertam atividades administrativas e de atendimento ao público geral, resultando no trânsito constante de empregados, colaboradores, dirigentes, visitantes e profissionais de enfermagem, que, durante o expediente do órgão, vêm em busca de serviços prestados, convocados por ofício ou para participação em eventos institucionais ou de educação continuada em enfermagem, o que justifica a necessidade de manutenção de postos de vigilância em locais estratégicos dos edifícios, isto é, guaritas e recepções, bem como realizando rondas e destinados à operação de circuitos fechados de monitoramento eletrônico.

**2.4.** Cumpre destacar que qualquer a solução aventada deverá considerar a contratação para execução indireta de serviços, uma que o Coren-SP não dispõe de recursos humanos próprios para o atendimento desta demanda e que tampouco existem funções relacionadas ao objeto de estudos deste ETP no Plano de Cargos da Instituição.

#### 3. DO ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**3.1.** A contratação está prevista no PACC 2023 do Coren-SP, conforme indicação abaixo:

ALINHAMENTO AO PLANO ANUAL DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES (PACC) – 2023	
ID	OBJETO DE CONTRATAÇÃO
44	Segurança Desarmada – Sede e Coren-SP Educação

### **4. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ATUAL/ANTERIOR**

**4.1.** Atualmente os serviços de vigilância desarmada e segurança patrimonial das unidades Sede e Coren-SP Educação são prestados pela SEAL Segurança Alternativa Eireli, empresa vencedora dos Grupos 1 e 2 do PE nº 10/2018, última licitação realizada para o objeto em questão.

**4.2.** Tendo em vista que a prestação dos serviços pela Seal ocorreu de maneira satisfatória, inexistindo histórico de intercorrências não resolvidas junto à Contratada, os contratos nº 15/2018 (Sede) e nº 16/2018 (Coren-SP Educação) sofreram sucessivos aditamentos de vigência contratual, de forma que, em 25/07/2023, atingirão o limite de 60 (sessenta) meses definido pelo inciso II do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, para contratos de serviços contínuos.

**4.3.** Assim posto, a EPC, com o objetivo de identificar aspectos relevantes do modelo de execução delineado no PE nº 10/2018, de forma a aprimorá-los na contratação que será baseada nos achados do presente Estudo Técnico Preliminar, realizou consultas junto aos fiscais contratuais e responsáveis pela administração predial das unidades Sede e Coren-SP Educação, que puderam se manifestar em relação às especificações técnicas do objeto, à adequação do grau de ostensividade dos serviços contratados, dimensionamento da Solução, e outros aspectos relacionados ao objeto, identificando criticamente pontos de ajuste e propondo aprimoramentos para melhor atendimento do interesse público<sup>1</sup>.

**4.4.** Em relação ao Coren-SP Educação foi identificado que o modelo de execução do contrato, bem como o dimensionamento de postos, contemplando vigilantes diurnos e vigilante diurno operador de monitoramento de segurança eletrônica, atende adequadamente as necessidades da unidade.

**4.5.** Em relação à Sede foi identificada a necessidade de: a) previsão contratual de posto de vigilância desarmada 44h/semana para o expediente de atendimento ao público do primeiro andar, profissional este que será exigido com a qualificação de brigadista, sensível à verificação de itens de segurança predial, podendo promover apoio em possíveis operações de emergência e evacuação de pessoas (de forma que cabe destacar que o Coren-SP não dispõe, neste momento, de colaborador terceirizado da Sede com atribuições de brigada de incêndio) e b) posto para operação de monitoramento de CFTV, considerando implantação de nova solução de vigilância eletrônica no edifício e necessidade de monitoramento diurno desse circuito.

**4.6.** Ademais, enquanto verificado que a CCT vigente na cidade de São Paulo para a categoria de vigilância patrimonial não prevê o fornecimento obrigatório de cesta básica ou vale alimentação para os empregados, a área requisitante, GEAD, enquanto medida de responsabilidade social, apontou a favor da previsão do benefício na planilha de custos dos empregados.

**4.7.** Em síntese, em relação ao grau de ostensividade dos serviços de vigilância e segurança patrimonial, entenderam as áreas de negócios, que as atividades desenvolvidas nas unidades Sede e Coren-SP Educação, ainda que acobertem atendimento ao público amplo, são essencialmente administrativas e de comunicação institucional/educacionais, não envolvendo operações com numerário ou outras que ensejem riscos formais à integridade física de pessoas ou riscos patrimoniais, dispensando vigilância armada. Sobre os turnos de postos, ressaltaram a necessidade de postos de vigilância desarmada durante o expediente administrativo e, a favor da segurança patrimonial, opinaram pela

<sup>1</sup> Vide ID \_\_ do PA \_\_\_\_ (docs \_\_ e \_\_)



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

manutenção de postos diurnos de vigilantes, com previsão de vigilantes operadores de monitoramento de segurança eletrônica (CFTV) para Sede e Coren-SP Educação.

### 5. EXAME DOS PRINCIPAIS NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS

**5.1.** A princípio, o processo deverá seguir o rito da Lei nº 14.133/2021 e sua regulamentação, bem como de toda a legislação que refere à contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública, especialmente se tratando da contratação de serviço contínuo com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

**5.2.** Em relação ao objeto de estudos deste ETP, isto é, serviços de vigilância privada, a EPC identificou os seguintes normativos:

**5.2.1. Lei nº 7.102/1983 (e alterações)** - dispõe, entre outras, sobre constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores;

**5.2.2. Decretos Federais nº 89.056/1983 e nº 1.592/1995** – regulamentam a Lei nº 7.102/1993;

**5.2.3. Portarias DPF nº 891/1999, DPF nº 320/2004, DG/DPF nº 3.233/2012 e DG/DPF nº 3.258/2013** – dispõem sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada.

**5.2.4. Decreto Lei nº 5.454/1943** – Consolidação das Leis do Trabalho (destaque ao §2º, II, do art. 193, que trata do pagamento de insalubridade de 30% para profissionais vigilantes).

### 6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 6.1. Requisitos Necessários ao Atendimento da Necessidade

**6.1.1.** A prestação de serviços de vigilância desarmada e vigilância patrimonial a ser realizada nas unidades Sede e Coren-SP Educação deverá atender estritamente às condições, quantidades e exigências estabelecidos pela Contratante;

**6.1.2.** A Contratada deverá executar os serviços em estrita observância à legislação que rege a prestação de serviços de vigilância e segurança privada bem como atendendo Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho informadas pela Contratante;

**6.1.3.** A Contratada deverá garantir que todos os empregados postos à disposição da Contratante se encontrem devidamente habilitados para o exercício da função de vigilante e portando a respectiva Carteira Nacional de Vigilantes, nos termos da legislação vigente;

**6.1.4.** A Contratada deverá garantir, quando o caso, que os empregados postos à disposição da Contratante realizem a reciclagem do curso de vigilante, de acordo com as atribuições de cada profissional, prazos e demais condições legalmente instituídas, ficando responsável pelos custos decorrentes da cobertura dos respectivos postos;

**6.1.5.** A Contratada deverá assumir responsabilidade por todos os encargos fiscais e comerciais decorrentes do objeto de contratação, inclusive pelo ressarcimento de danos ou prejuízos causados à Administração ou terceiros originados direta ou indiretamente da execução do contrato;

**6.1.6.** A Contratada deverá cumprir a programação dos serviços feita periodicamente pelo Contratante, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos empregados e das pessoas em geral que se façam presentes;

**6.1.7.** A Contratada deverá assegurar que as ações dos vigilantes se restrinjam aos limites das instalações da Contratante, bem como que estejam circunscritas às suas respectivas áreas de atuação, conforme estabelecidas pela legislação específica;



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**6.1.8.** A Contratada deverá cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), guardando estrito sigilo quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**6.1.9.** Como requisito obrigatório para início dos serviços, a Contratada deverá apresentar até a data de início de execução dos serviços **Termo De Compromisso de Manutenção do Sigilo**, preenchido e assinado pelo representante legal da Contratada, por seu preposto, vigilante líder e demais profissionais das categorias envolvidas, conforme modelo a ser disponibilizado enquanto Anexo do Edital de Licitação, comprometendo-se formalmente a manter o sigilo profissional, não revelando a natureza do serviço a quem quer que seja, sob nenhuma circunstância mesmo depois de desligado, e ser breve e discreto a respeito dos assuntos do trabalho.

**6.1.10.** A Contratada deverá assegurar a manutenção de profissionais especializados nos postos contratados, repondo mão de obra em caráter imediato em eventuais ausências, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);

**6.1.11.** A Contratada deverá manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela Administração, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da Contratante;

**6.1.12.** A Contratada deverá substituir definitivamente, em até 1 (um) dia útil, qualquer empregado cuja conduta, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da Contratante ou ao interesse do serviço público, vedado seu retorno às dependências do Contratante, até mesmo para cobertura de faltas, licenças, dispensas, suspensão, férias ou qualquer outro motivo;

**6.1.13.** A Contratada deverá responsabilizar-se, às suas expensas e sem ônus para os empregados, pelo transporte de ida e volta dos empregados de suas residências aos postos de trabalho da Contratante na hipótese de paralisação do transporte coletivo;

**6.1.14.** A Contratada deverá realizar visitas de supervisão em periodicidade não inferior a semanal, em unidades, dias e períodos alternados;

**6.1.15.** A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, cumprindo, evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução, ficando responsável pela previsão de todos os custos decorrentes da relação contratual, tais como mão de obra, insumos e materiais e o emprego dos equipamentos necessários à execução dos serviços no valor ofertado na seção de licitação;

**6.1.16.** Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos – humanos e materiais – com vistas ao aprimoramento e à manutenção da qualidade dos serviços e à satisfação da Contratante.

### **6.2. Requisitos Documentais (relacionados à qualificação do fornecedor)**

**6.2.1.** Declaração de Situação e Regularidade de Empresa de Segurança Privada, emitido pela Polícia Federal, com alvará de funcionamento em plena validade;

**6.2.2.** Certificado de Regularidade Anual para Funcionamento de Empresa de Segurança



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Especializada emitido pela Divisão de Registros Diversos da Polícia Civil do Estado de São Paulo<sup>2</sup>;

**6.2.3.** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**6.2.3.1.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**a)** Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos<sup>3</sup> na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

**b)** Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

**6.2.3.2.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

**6.2.3.3.** Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

**6.2.3.4.** A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

**6.2.3.5.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

**6.2.3.6.** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

**6.2.3.7.** A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

**6.2.4.** Declaração de que a licitante possui ou instalará escritório na cidade de São Paulo ou a uma distância máxima de 100 (cem) quilômetros da cidade de São Paulo, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> Declara que a empresa encontra-se em situação de regularidade conforme disposto no artigo 14, II, da Lei Federal nº 7.102, de 20.6.1983, e artigo 38 do Decreto Federal nº 89.056, de 24.11.1983, atualizado pelo Decreto Federal nº 1.592, de 10.08.1995, que regulamentou a Lei Federal nº 7.102, de 20.6.1983, e ainda nos termos da Lei Estadual nº 15.266, de 26.12.2013, e Decreto 54.359/2009 de 20.05.2009, alterado pelo Decreto Estadual nº 65.108, de 04.08.2020, suas atualizações e conforme a legislação em vigor.

<sup>3</sup> Exigência alinhada com a expectativa de vigência máxima de 120 (cento e vinte meses) permitida pela Lei nº 14.133/2021.

<sup>4</sup> Conforme faculdade conferida pelo Item 10.6, 'a', do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### 6.3. Critérios e Práticas de Sustentabilidade

**6.3.1.** A CONTRATADA deverá adotar, na execução do objeto contratual, práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços, incluindo, dentre outras previstas na legislação vigente:

**6.3.1.1.** Utilizar equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental;

**6.3.1.2.** Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e de energia elétrica, observadas as normas vigentes e a política socioambiental do órgão;

**6.3.1.3.** Proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados de seus equipamentos, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305/ 2010, o Decreto nº 5.940/06, e a política de descarte da Contratante, que se reserva ao o direito de assumir a responsabilidade por esta atividade e dar outra destinação aos resíduos após o uso, caso julgue mais conveniente;

**6.3.1.4.** Observar o disposto na Resolução CONAMA nº 401/2008, alterada pela Resolução CONAMA nº 424/2010, para aquisição de pilhas e baterias a serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio, bem como os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, utilizando, preferencialmente, pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição;

**6.3.1.5.** Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços, inclusive àqueles necessários à prevenção de emergências sanitárias;

**6.3.1.6.** Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Coren-SP.

### 6.4. Natureza Contínua (ou não) dos Serviços

**6.4.1.** Os serviços de vigilância desarmada e segurança patrimonial destinados aos edifícios Sede e Coren-SP Educação possuem natureza contínua, conforme definição do inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se destinam à manutenção da atividade administrativa do órgão, decorrendo de uma necessidade permanente relacionada à preservação do patrimônio público e assegurar a integridade física dos usuários das edificações em questão.

### 6.5. Duração Inicial do Contrato

**6.5.1.** O prazo de vigência da contratação **será de 30 (trinta) meses**, contados do início da vigência contratual, prorrogável por até 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**6.5.2.** A contratação plurianual, segundo o entendimento da EPC, trata vantagens econômicas à Administração decorrentes da economia do custo administrativo com a tramitação de procedimentos de renovação contratual, que envolvem recursos materiais e humanos de uma série de setores, para um serviço que, sabidamente, é essencial para o funcionamento das unidades em questão. Frise-se, também, que a sugestão de vigência plurianual considerou a existência de mercado estável de prestação de serviços de segurança, bem como a inexistência de intercorrências operacionais ou administrativas relevantes nas contratações anteriores, indicando risco reduzido do não atendimento das necessidades da Administração, haja vista o presente ETP objetivar o



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

aprimoramento da descrição de Solução que já atendia adequadamente a demanda do órgão.

**6.5.3.** A EPC destaca, também, que o período de vigência plurianual para o objeto em questão não promoverá prejuízo no acompanhamento da execução do objeto, haja vistas a disciplina do instrumento de medição de resultados, IMR e tampouco prejuízo relacionado aos processos de repactuação do Contrato, considerando que o Termo de Referência preverá capítulos relacionados à questão, que é formalizada por meio de apostilamento ao instrumento contratual.

### **6.6. Transição Contratual**

**6.6.1.** A prestação de serviços em questão não enseja a necessidade de promover transição contratual com a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria das empresas que atuam no ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

## **7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR**

### **7.1. Do Levantamento de Mercado**

**7.1.1.** A princípio, cabe informar contratação para execução indireta de serviços de vigilância (armada ou desarmada) e de segurança patrimonial de forma contínua e com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva é a solução prevalente de mercado, adotada, igualmente, pela Administração Pública e Iniciativa Privada (ademais porque a execução de serviços de segurança privada é regulamentada, devendo atender a condições e obrigações específicas determinadas em Lei).

**7.1.2.** Em relação às contratações públicas, a título de exemplo e indicando a normalidade da contratação de serviços de vigilância e segurança, breve pesquisa no Painel de Preços informa que no período entre agosto de 2022 e fevereiro de 2023, foram homologados 104 (cento e quatro) pregões eletrônicos da Administração Federal com objeto de contratação classificados dentro do grupo 'serviços de segurança' com unidades de contratação correspondentes a 'posto'. Ainda, a exploração da pesquisa destaca que, apenas na região Sudeste, cerca de 33 (trinta e três) fornecedores diferentes tiveram propostas homologadas neste período, indicando a extensão do mercado de possíveis fornecedores do próprio Coren-SP.

**7.1.3.** Tratando, especificamente, de modelos de contratação, metodologias e tecnologias relacionadas ao objeto de estudos deste ETP, temos que decorrem de necessidades específicas de cada tomador, a exemplo da necessidade maior ou menor ostensividade do posto, justificando a necessidade ou não de vigilância armada/desarmada; de vigilância diurna, noturna ou diuturna; de vigilância de segunda a sexta, domingo a sábado etc. Ainda, diversas contratações da Administração se diferenciam entre si em relação ao escopo das atividades dos profissionais contratados, a exemplo de profissionais dedicados ao monitoramento de soluções de CFTV, de controle de acesso, direcionados a rondas internas/externas, etc.

**7.1.4.** Desta forma, porque não se trata do levantamento de Soluções a respeito de inovações metodológicas ou técnicas, até mesmo porque as atividades do objeto de estudos deste ETP possuem regulamentação específica e de observação obrigatória, a EPC declara que os requisitos da contratação já descritos nesse instrumento são atendidos perfeitamente pelo mercado de fornecedores especializados em serviços de segurança e vigilância.

### **7.2. Da justificativa do Tipo de Solução a Contratar**

**7.2.1.** A princípio, tendo em vista as justificativas para a contratação realizadas pela área requisitante, a EPC destaca que a Solução a ser contratada não se confunde com a prestação de



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

serviços de portaria, uma vez que serviços de vigilância e segurança patrimonial se prestam a cumprir legislação específica e diferem, em termos de obrigações, daquelas definidas para serviços de operação, fiscalização e controle de portarias, uma vez que se relacionam à garantia da integridade de pessoas e do patrimônio público.

**7.2.2.** Assim, pode-se definir que a Solução a ser contratada corresponderá à contratação de serviços de vigilância desarmada e segurança patrimonial, incluindo monitoramento de segurança eletrônica (CFTV) a serem realizados em turnos de 12 x 36 horas diurnos e noturnos para o caso dos postos com necessidades diuturnas e 44 h/semanais, em dias úteis, para os postos que deverão estar à disposição durante o expediente de atendimento ao público das unidades.

### 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**8.1.** A descrição da Solução como um todo contempla a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância desarmada e segurança patrimonial, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, contemplando o fornecimento de todos os insumos, equipamentos e complementos necessários à execução dos serviços, para atender as necessidades das unidades Sede e Coren-SP Educação do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo por um período de 30 (trinta) meses.

**8.2.** O objeto deverá ser executado em conformidade com a legislação aplicável aos serviços de segurança e vigilância patrimonial, em especial a Lei Federal nº 7.102/1983, alterada pelas Leis Federais nº 8.863/1994, nº 9.017/1995, nº 11.718/2008 e nº 13.654/2018, e pela Medida Provisória nº 2.184-23/2001, regulamentada pelos Decretos Federais nº 89.056/1983 e nº 1.592/1995, as Portarias DPF nº 891/1999, DPF nº 320/2004, DG/DPF nº 3.233/2012 e DG/DPF nº 3.258/2013, bem como o art. 193 da CLT, com a redação dada pela Lei Federal nº 12.740/2012, entre outros atos normativos.

**8.3.** A fim de manter a concisão deste ETP, as Especificações Técnicas, descrições de atribuições, escalas, rotinas de serviços e outros que detalham a Solução elaborados pela Equipe de Planejamento da Contratação acompanharão o Termo de Referência.

### 9. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE

#### 9.1. Da Metodologia para Dimensionamento de Postos

**9.1.1.** O quantitativo de postos, definição de funções e escalas de trabalho necessários ao atendimento das necessidades do Coren-SP foi estabelecido pela EPC com base na contratação atual e por meio de consulta realizada junto aos responsáveis pela administração predial das unidades Sede e Coren-SP Educação.

**9.1.2.** Isto posto, manter-se-á o quantitativo de postos alocados no Coren-SP Educação e, para Sede, considerar-se-á o acréscimo de 1 (um) posto diurno de vigilante brigadista, com c/h de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 1 (um) posto diuturno de vigilante operador de monitoramento eletrônico.

**9.1.3.** A tabela 1 abaixo informa o dimensionamento dos atuais contratos de serviços de vigilância desarmada e segurança eletrônica vigentes:

**TABELA 1 – QUANTIDADE ATUAL DE POSTOS DE VIGILANTE POR UNIDADE DE CONTRATAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNIDADE	QTDE DE POSTOS	QTDE DE VIGILANTES POR POSTO
<b>UNIDADE SEDE</b>				
1	Serviço de Vigilância Desarmada - Vigilante - período DIURNO, de segunda-feira a domingo, em escala de trabalho 12x36	Posto	3	6
2	Serviço de Vigilância Desarmada - Vigilante Líder - período DIURNO, de segunda-	Posto	1	2





## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

	feira a domingo, em escala de trabalho 12x36			
3	Serviço de Vigilância Desarmada - Vigilante - período NOTURNO, de segunda-feira a domingo, em escala de trabalho 12x36	Posto	2	4
<b>COREN-SP EDUCAÇÃO</b>				
4	Serviço de Vigilância Desarmada - Vigilante - período DIURNO, de segunda-feira a domingo, em escala de trabalho 12x36	Posto	1	2
5	Serviço de Operação de Monitoramento Eletrônico (vigilante desarmado operador de CFTV), período DIURNO, de segunda-feira a domingo, em escala de trabalho 12x36	Posto	1	2
6	Serviço de Vigilância Desarmada - Vigilante - período NOTURNO, de segunda-feira a domingo, em escala de trabalho 12x36	Posto	1	2
<b>TOTAIS (SEDE + COREN-SP EDUCAÇÃO)</b>			<b>9</b>	<b>18</b>

9.2. A tabela 2 abaixo informa o dimensionamento proposto para atendimento das necessidades identificadas pela EPC junto às unidades de contratação:

**TABELA 1 – QUANTIDADE PREVISTA DE POSTOS DE VIGILANTE POR UNIDADE DE CONTRATAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNIDADE	QTDE DE POSTOS	QTDE DE VIGILANTES POR POSTO	LOCAL(IS) DE POSTO
<b>UNIDADE SEDE</b>					
1	Serviço de Vigilância Desarmada - Vigilante - período DIURNO, de segunda-feira a domingo, em escala de trabalho 12x36	Posto	2	2	- Guarita 1 (acesso térreo); - Recepção térreo.
2	Serviço de Vigilância Desarmada - Vigilante Líder - período DIURNO, de segunda-feira a domingo, em escala de trabalho 12x36	Posto	1	2	N/A
3	Serviço de Vigilância Desarmada - Vigilante - período NOTURNO, de segunda-feira a domingo, em escala de trabalho 12x36	Posto	1	2	- Guaritas / ronda
4	Serviço de Vigilância Desarmada - Vigilante Brigadista - período DIURNO, de segunda a sexta-feira - 44 h/semanais ou 220 h/mês	Posto	1	1	- Área de Atendimento ao Profissional (1º andar) / ronda
5	Serviço de Operação de Monitoramento Eletrônico (vigilante desarmado operador de CFTV), período DIURNO, de segunda-feira a domingo, em escala de trabalho 12x36	Posto	1	2	- Guarita 2 (acesso garagem, onde atualmente se encontra a estrutura de CFTV)
6	Serviço de Operação de Monitoramento Eletrônico (vigilante desarmado operador de CFTV), período NOTURNO, de segunda-feira a domingo, em escala de trabalho 12x36	Posto	1	2	- Guarita 2 (acesso garagem, onde atualmente se encontra a estrutura de CFTV)
<b>COREN-SP EDUCAÇÃO</b>					
4	Serviço de Vigilância Desarmada - Vigilante - período DIURNO, de segunda-feira a domingo, em escala de trabalho 12x36	Posto	1	2	- Recepção Térreo
5	Serviço de Operação de Monitoramento Eletrônico (vigilante desarmado operador de CFTV), período DIURNO, de segunda-feira a domingo, em escala de trabalho 12x36	Posto	1	2	- Sala de Monitoramento Eletrônico (CFTV)
6	Serviço de Vigilância Desarmada - Vigilante - período NOTURNO, de segunda-feira a domingo, em escala de trabalho 12x36	Posto	1	2	- Ronda
<b>TOTAIS (SEDE + COREN-SP EDUCAÇÃO)</b>			<b>10</b>	<b>19</b>	

9.3. O dimensionamento final, tendo em vista as características físicas do edifício Sede, especialmente pelo fato da estrutura de monitoramento eletrônico se encontrar instalada na Guarita 2 (acesso à garagem), optou por arranjar o posto de monitoramento noturno com a redução de 2 (dois) postos de vigilantes desarmados 12 x 36 h (postos diurno e noturno), com substituição para 2 (dois) postos de monitoramento eletrônico (diurno e noturno) – desta forma, entendeu a EPC a favor do atendimento às demandas manifestadas, proporcionando, em mesmo tempo, economicidade.

## 10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### 10.1. Dos valores totais estimados

**10.1.1.** O valor total anual estimado para o objeto de estudos deste ETP, conforme resumo da tabela abaixo, é de R\$ 1.783.349,28<sup>5</sup> (um milhão, setecentos e oitenta e três mil, trezentos e quarenta e nove reais e vinte e oito centavos), chegando ao valor de R\$ 4.458.373,20 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, trezentos e setenta e três reais e vinte centavos) para um período de 30 (sessenta meses).

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO POR POSTO	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO (30 MESES)
UNIDADE SEDE								
1	Serviço de Vigilância Desarmada - Vigilante - período DIURNO, de segunda-feira a domingo, em escala de trabalho 12x36	23647	Posto	2	R\$ 14.898,64	R\$ 29.797,28	R\$ 357.567,36	R\$ 893.918,40
2	Serviço de Vigilância Desarmada - Vigilante Líder - período DIURNO, de segunda-feira a domingo, em escala de trabalho 12x36	23647	Posto	1	R\$ 15.176,36	R\$ 15.176,36	R\$ 182.116,32	R\$ 455.290,80
3	Serviço de Vigilância Desarmada - Vigilante - período NOTURNO, de segunda-feira a domingo, em escala de trabalho 12x36	23957	Posto	1	R\$ 16.226,68	R\$ 16.226,68	R\$ 194.720,16	R\$ 486.800,40
4	Serviço de Vigilância Desarmada - Vigilante Brigadista - período DIURNO, de segunda a sexta-feira - 44 h/semanais ou 220 h/mês	23507	Posto	1	R\$ 8.537,62	R\$ 8.537,62	R\$ 102.451,44	R\$ 256.128,60
5	Serviço de Operação de Monitoramento Eletrônico (vigilante desarmado operador de CFTV), período DIURNO, de segunda-feira a domingo, em escala de trabalho 12x36	23809	Posto	1	R\$ 15.156,10	R\$ 15.156,10	R\$ 181.873,20	R\$ 454.683,00
6	Serviço de Operação de Monitoramento Eletrônico (vigilante desarmado operador de CFTV), período NOTURNO, de segunda-feira a domingo, em escala de trabalho 12x36	23833	Posto	1	R\$ 17.436,98	R\$ 17.436,98	R\$ 209.243,76	R\$ 523.109,40
COREN-SP EDUCAÇÃO								
4	Serviço de Vigilância Desarmada - Vigilante - período DIURNO, de segunda-feira a domingo, em escala de trabalho 12x36	23647	Posto	1	R\$ 14.898,64	R\$ 14.898,64	R\$ 178.783,68	R\$ 446.959,20
5	Serviço de Operação de Monitoramento Eletrônico (vigilante desarmado operador de CFTV), período DIURNO, de segunda-feira a domingo, em	23809	Posto	1	R\$ 15.156,10	R\$ 15.156,10	R\$ 181.873,20	R\$ 454.683,00

<sup>5</sup> O valor final apontado prevê a disponibilização de vale alimentação ou cesta básica para os 19 (dezenove) empregados, correspondentes aos 17 (dezessete) postos que o Coren-SP pretende contratar. Em tempo, a inserção do benefício no valor de R\$ 179,57/mês corresponderá a despesa de R\$ 55.344,72/ano ou R\$ 138.361,80 dentro do período contratual de 30 (trinta) meses. Atualmente, cabe destacar, os postos de limpeza, manutenção predial e motoristas e administrativos terceirizados com exercício de carga horária *integral* no Coren-SP recebem o benefício de cesta básica, uma vez que correspondem a benefício obrigatório das respectivas CCTs.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO POR POSTO	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO (30 MESES)
	escala de trabalho 12x36							
6	Serviço de Vigilância Desarmada - Vigilante - período NOTURNO, de segunda-feira a domingo, em escala de trabalho 12x36	23957	Posto	1	R\$ 16.226,68	R\$ 16.226,68	R\$ 194.720,16	R\$ 486.800,40
VALOR TOTAIS ESTIMADOS (GRUPO ÚNICO)								

**10.1.2.** Os custos não renováveis já pagos ou amortizados após 12 (doze) meses da contratação (aviso prévio trabalhado e indenizado e outros custos em situação similar) deverão ser eliminados após 12 (doze) meses do início da execução dos serviços.

### 10.2. Da Metodologia da Pesquisa Estimativa de Preços

**10.2.1.** A pesquisa de preços para definição dos valores estimados dos itens que compõem o objeto deste ETP e com resultados detalhados na Planilha de Custos e Formação de Preços, corresponde a um conjunto de informações, obtidos por meio de diversas fontes de pesquisa, atendendo às exigências da IN SEGES/ME nº 65/2021 e conforme subitens abaixo:

a) Salários e benefícios definidos dos postos/funções definidos em função da CCT correspondente à categoria de vigilantes com abrangência na cidade de São Paulo: Sesvesp x Seevisp – 2023 (número de registro no MTE: SP01252/2022)<sup>6</sup>;

a.1) Observe-se que não houve entendimento da EPC a favor da previsão de profissional rendeiro para o intervalo intrajornada dos postos de vigilante brigadista e vigilante líder.

b) Insumos diversos (uniformes, equipamentos e complementos e curso de reciclagem): Pesquisa de valores ofertados por fornecedores especializados (sítios Web) ou por meio de valores do Caderno Técnico de Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial (CADTERC) editado pelo Governo do Estado de São Paulo<sup>7</sup> - como os valores se referem à data base de jan/2022, a EPC os atualizou com aplicação do IPCA entre os meses de jan/2022 – fev/2023, o que equivale a 7,24%<sup>8</sup>.

c) Lucro e Custos Indiretos Máximos aceitáveis: Valores do CADTERC de Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial.

### 10.3. Do a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

**10.3.1.** Considerando o valor anual global estimado da contratação, não haverá exclusividade à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez que não se enquadra no disposto no art. 48, Inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006. Será, portanto, de ampla concorrência, sendo assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 5º do Decreto nº 8.538/2015.

**10.3.2.** Trata-se ainda de item de natureza indivisível, não cabendo estabelecer cota para ME e EPP.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://seevisp.org.br/wp-content/uploads/2023/01/CCT-2023-MTE.pdf>. Acesso: 16.03.2023.

<sup>7</sup> Disponível em:

[https://www.bec.sp.gov.br/BEC\\_Servicos\\_UI/Cadterc/ui\\_CadTercPrecosReferenciais.aspx?volume=1&anexoID=895](https://www.bec.sp.gov.br/BEC_Servicos_UI/Cadterc/ui_CadTercPrecosReferenciais.aspx?volume=1&anexoID=895). Acesso: 16.03.2023.

<sup>8</sup> A utilização de valores do CADTERC com atualização inflacionária do período encontra amparo no inciso I do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### 11. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

**11.1.** Considerando que a Solução a ser contratada corresponde à prestação de serviços de vigilância desarmada e segurança patrimonial de 2 (duas) unidades do Coren-SP localizadas na cidade de São Paulo, a EPC entendeu existência de vantagens econômicas e técnicas decorrentes do agrupamento dos itens de serviços da Sede e do Coren-SP Educação, *uma o vez que não se alteram condições de serviços ou tampouco se aumenta a competitividade do certame pela adjudicação separada de itens*, tendo em vista que mesmo fornecedor apto a executar serviços em uma unidade, poderá fazê-lo em outro, compartilhando recursos e despesas (a exemplo dos custos de supervisão, de treinamento, administrativos e do profissional rendeiro), o que poderá ser reverter em vantagem para a Contratante na fase de lances do Pregão, já que, para os licitantes, tratar-se-á de cenário mais favorável à competitividade.

**11.2.** Ainda, para o Coren-SP, a redução de contratos administrativos significa melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, provocando economicidade ao erário quando se trata do custo do homem-hora.

### 12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

**12.1.** Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes relacionadas ao objeto de estudos deste ETP no âmbito do Coren-SP.

### 13. INDICADORES PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE ESPERADA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

**13.1.** Os indicadores estarão detalhados no Instrumento de Medição de Resultados – IMR, que acompanhará o Termo de Referência.

### 14. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

**14.1.** Espera-se que a contratação garanta a continuidade dos serviços de vigilância desarmada e segurança patrimonial da Sede e do Coren-SP Educação, atendendo às necessidades da Administração relacionadas à proteção de pessoas e do patrimônio público conforme justificativas do tópico 2 supra.

**14.2.** Ainda, espera-se que o agrupamento dos serviços a serem executados na Sede e no Coren-SP Educação, bem como o estabelecimento de contrato plurianual promova economicidade para a Administração, em relação aos próprios preços contratados e em relação ao custo do homem-hora relacionado à redução de procedimentos administrativos relacionados à gestão contratual.

### 15. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

**15.1.** Não foram observadas providências a serem tomadas pela Coren-SP em relação à contratação em questão. A contratação da Solução descrita neste ETP corresponderá, a grosso modo, ao mesmo modelo do contrato atual e será acompanhado pelas mesmas unidades de fiscalização.

### 16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO (SE APLICÁVEIS)

**16.1.** Não foram observados impactos ambientais diretamente relacionados à contratação em questão. Assim sendo, manter-se-ão recomendações relacionadas aos critérios e práticas de sustentabilidade listados no tópico de Requisitos da Contratação deste ETP.

### 17. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**17.1.** A contratação em questão será acobertada dentro do Elemento de Despesa nº 6.2.2.1.1.33.90.39.001.001 – Serviço de Segurança.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nos elementos obtidos neste Estudo Técnico Preliminar, esta Equipe de Planejamento DECLARA que **é viável** a presente contratação.

### DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES CONTIDAS NOS ESTUDOS PRELIMINARES

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que as informações contidas no presente ETP **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

O presente Estudo Preliminar é parte integrante do Termo de Referência desta contratação e deverá ser publicado enquanto anexo do Edital de Licitação.

São Paulo, 23 de março de 2023.

INTEGRANTES REQUISITANTES	<p><b>Patrícia Vitorino Donha</b> Assessora de Projetos de Engenharia - GEAD Matrícula 941</p> <p><b>Reinaldo Pardo dos Reis</b> Assessor I – GEAD Matrícula 1191</p>
INTEGRANTE TÉCNICO	<p><b>João Marcos do Nascimento</b> Gerente - GEAD Matrícula 1187</p>
INTEGRANTE DA ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO	<p><b>Henrique Pereira Soares</b> Assessor II – GAB/PRES Matrícula 975</p>